

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

Aos 13 dias do mês de Dezembro de 2011, pelas 16:05 horas, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias reuniu, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte ordem do dia:

09:30

1. Distribuição de iniciativas legislativas;

2. Apreciação e votação de pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:

- **Proposta de Lei n.º 34/XII/1.ª (GOV), que "Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum". - Relator: Deputado Filipe Neto Brandão (PS);**
- **Projecto de Lei n.º 110/XII/1.ª (PS) - "Alarga o acesso à Base de Dados de Contas do Sistema Bancário pelas autoridades judiciais"; Projecto de Lei n.º 111/XII.ª (PS) - "Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais"; Projecto de Lei n.º 112/XII.ª (PS) - "Reforça os deveres e a fiscalização sobre os rendimentos dos titulares de cargos políticos"; Projecto de Lei n.º 113/XII.ª (PS) - "Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas"; Projecto de Lei n.º 114/XII.ª (PS) - "Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos"; Projecto de Lei n.º 115/XII.ª (PS) - "Lei da Transparência Activa da Informação Pública" - Relator: Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);**

3. Discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 23/XII/1.ª (GOV), que "Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde";

4. Apreciação e votação de relatórios finais de petições;

5. Apreciação e votação de pareceres sobre iniciativas europeias, designadamente:

- COM (2011) 551 final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Gerar confiança numa Justiça à escala da UE; Uma nova dimensão para a formação judiciária europeia - Relatora: Deputada Carla Rodrigues (PSD);

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

- COM (2011) 343 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, relatório anual sobre as políticas de ajuda humanitária e de protecção civil da União Europeia e sua aplicação em 2010. {SEC (2011) 709 final} - Relator: Deputado Manuel Meirinho (PSD);
- COM (2011) 291 final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, Relatório anual em matéria de imigração e asilo (2010) {SEC (2011) 620 final} - Relatora: Deputada Maria Paula Cardoso (PSD);
- COM (2011) 549 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, Relatório anual ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as actividades da Unidade Central EUODAC em 2010 - Relator: Deputado Hugo Lopes Soares (PSD);

6. Outros Assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Negrão (PSD), foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas:

Projectos de Lei

N.º AUTOR	<u>ASSUNTO</u>	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	BAIXA COMISSÃO GENERALID	NOMEAÇÃO RELATOR
110/XII/1.ª (PS)	<u>Alarga o acesso à Base de Dados de Contas do Sistema Bancário pelas autoridades judiciárias</u>	09-12-2011	09-12-2011	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)
111/XII/1.ª (PS)	<u>Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais</u>	09-12-2011	09-12-2011	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

112/XII/1.ª (PS)	Reforça os deveres e a fiscalização sobre os rendimentos dos titulares de cargos políticos	09-12-2011	09-12-2011	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)
113/XII/1.ª (PS)	Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas	09-12-2011	09-12-2011	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)
114/XII/1.ª (PS)	Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	09-12-2011	09-12-2011	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)
115/XII/1.ª (PS)	Lei da Transparência Activa da Informação Pública	09-12-2011	09-12-2011	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)

E foi anunciada a baixa à Comissão dos seguintes Projectos de Resolução:

N.º AUTOR	ASSUNTO	ADMISSÃO PUBLICAÇÃO	ANÚNCIO EM COMISSÃO
143/XII/1ª - PS	Recomenda ao Governo que adopte medidas para o funcionamento do Gabinete de Recuperação de Activos e do Gabinete de Administração de Bens	09-12-2011	Agendado para discussão conjunta em Plenário de 14-12-2011

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

145/XII/1ª - PS	Recomendação ao Governo no âmbito do outsourcing do Estado com vista a uma maior transparência desses contratos	09-12-2011	Agendado para discussão conjunta em Plenário de 14-12-2011
-----------------	---	------------	--

Em seguida, foi apreciado o parecer sobre a Proposta de Lei n.º 34/XII/1.ª (GOV), que "Procede à terceira alteração à Lei n.º 1/2005, de 10 de Janeiro, que regula a utilização de câmaras de vídeo pelas forças e serviços de segurança em locais públicos de utilização comum", que foi apresentado brevemente pelo respectivo Relator, Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS). Seguiu-se um breve debate em que intervieram os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Hugo Velosa (PSD), João Oliveira (PCP), Nuno Magalhães (CDS/PP), Isabel Alves Moreira (PS), tendo sido suscitadas algumas questões relativas à substância da iniciativa, sobretudo no que concerne à competência da CNPD e à eliminação da vinculatividade do parecer desta entidade, excepto, contraditoriamente, para as câmaras móveis; e de natureza formal, relativas à falta de consulta prévia a CNPD pelo Governo acerca do anteprojecto da Proposta de Lei. Submetidas a votação, as partes I e III do parecer foram aprovadas com votos favoráveis do PS e do CDS/PP, contra do PCP e a abstenção do PSD e do BE. Em justificação do seu voto contra, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) considerou estar em causa matéria de direitos, liberdades e garantias (regulada no artigo 26.º da CRP), o que impunha que se tivesse em conta o regime previsto no artigo 18.º da CRP, particularmente um juízo sobre a adequação, proporcionalidade e racionalidade destas alterações, que considerava não respeitarem os limites da Constituição.

Em seguida, foi apreciado o parecer do Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) sobre os Projectos de Lei n.ºs 110/XII/1.ª (PS) - "Alarga o acesso à Base de Dados de Contas do Sistema Bancário pelas autoridades judiciais"; 111/XII.ª (PS) - "Reforça a transparência do financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais"; 112/XII.ª (PS) - "Reforça os deveres e a fiscalização sobre os rendimentos dos titulares de cargos políticos"; 113/XII.ª (PS) - "Quadro de referência para a elaboração dos códigos de conduta e de ética para a prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas"; 114/XII.ª (PS) - "Reforça as incompatibilidades dos titulares de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.^a SL

cargos políticos e altos cargos públicos"; e 115/XII.^a (PS) - "Lei da Transparência Activa da Informação Pública", cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 23/XII/1.^a (GOV), que "*Regula os requisitos de tratamento de dados pessoais para constituição de ficheiros de âmbito nacional, contendo dados de saúde, com recurso a tecnologias de informação e no quadro do Serviço Nacional de Saúde*".

A Proposta de Lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão em 14 de Outubro de 2011, após aprovação na generalidade, para discussão e votação na especialidade.

Apresentaram propostas de alteração os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS/PP, em 9 e em 13 de Dezembro de 2011 e do PS, em 12 de Dezembro de 2011.

Na reunião, na qual se encontravam presentes todos os Grupos Parlamentares, à excepção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei, de que resultou o que abaixo se relata.

Intervieram na discussão os Senhores Deputados Hugo Velosa (PSD), Maria de Belém Roseira (PS) e Bernardino Soares (PCP), que apreciaram e debateram as propostas de alteração apresentadas e as soluções da Proposta de Lei nos seguintes termos:

Apresentando as propostas apresentadas pelo seu Grupo Parlamentar, a Senhora Deputada Maria de Belém (PS) afirmou que aquelas, incidindo sobre aspectos de redacção de alguns artigos, decorrem do que ficara já afirmado no parecer aprovado pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e no debate havido na generalidade. Concretizando, referiu que as alterações propostas visam precisar ao âmbito de aplicação e os princípios do tratamento dos dados pessoais, garantindo ainda que são abrangidas pela iniciativa em causa todas as instituições que pratiquem actos que impliquem custos para o SNS, porque se trata de uma base de dados de gestão e planeamento.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

Sobre estas propostas, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) saudou a participação positiva do Grupo Parlamentar do Partido Socialista na apreciação na especialidade da Proposta de Lei em causa, apresentando propostas que melhoram a redacção original daquela.

Sobre o mesmo assunto, o Senhor Deputado Bernardino Soares (PCP), não contestando alterações de redacção agora propostas pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, afirmou que estas não eram suficientes para alterar o sentido de voto do seu Grupo Parlamentar em relação à iniciativa em apreciação, que é negativo. De facto, considera que, a ser aprovada, esta lei contrariará o direito à privacidade dos cidadãos, não sendo necessário, aliás, usar os mecanismos nela previstos para alcançar os fins descritos. Considerou, finalmente, que o que se propõe na iniciativa agora em votação está intimamente ligado com o aumento das taxas moderadoras entretanto aprovado, razão pela qual merecerá também o voto contrário do seu Grupo Parlamentar.

- ❖ **ARTIGO 1.º** – *Objecto - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE;*

- ❖ **ARTIGO 1.º-A** – *Princípio geral – proposta de aditamento, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS - **aprovada**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PCP. O artigo foi **numerado como artigo 2.º**, tendo os subsequentes sido remunerados, bem como as remissões deles constantes;*

- ❖ **ARTIGO 2.º** (que passa a **3.º**, em consequência do aditamento anterior) – *Âmbito de aplicação – proposta de substituição, apresentada pelo PSD e pelo CDS/PP – **aprovada**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e contra do PCP (tendo sido retirada a proposta do PS para o mesmo número).*

- ❖ **ARTIGO 3.º** (que passa a **4.º**, em consequência do referido aditamento, sendo corrigido o inciso “são”, pelo singular “é”) - *Responsabilidade pelo tratamento*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

de dados - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE;

- ❖ **ARTIGO 4.º** (que passa a **5.º**, em consequência do referido aditamento) - *Finalidades* - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE;
- ❖ **ARTIGO 5.º** (que passa a **6.º**, em consequência do referido aditamento) - *Identificação nacional de utente* - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE;
- ❖ **ARTIGO 6.º** - (que passa a **7.º**, em consequência do referido aditamento) - *Gestão e controlo dos pagamentos e facturação* – n.ºs 1 a 4 - **aprovados**, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE; n.º 5 – proposta de substituição apresentada pelo PS – **aprovada por unanimidade** (tendo sido retirada a proposta do PSD e do CDS/PP para o mesmo número).
- ❖ **ARTIGO 7.º** (que passa a **8.º**, em consequência do referido aditamento) - *Avaliação de desempenho e financiamento* - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE;
- ❖ **ARTIGO 8.º** (que passa a **9.º**, em consequência do referido aditamento) - *Direito de acesso e rectificação* - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e a abstenção do PCP e do BE;
- ❖ **ARTIGO 9.º** (que passa a **10.º**, em consequência do referido aditamento) – *Comunicação com a Administração Fiscal e a Segurança Social* - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e contra do PCP e do BE;
- ❖ **ARTIGO 10.º** (que passa a **11.º**, em consequência do referido aditamento) – *Comissão Nacional de Protecção de Dados* – n.º 1 - **aprovado**, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS-PP e do BE e a abstenção do PCP; n.º 2 -

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE;

- ❖ **ARTIGO 11.º** (que passa a **12.º**, em consequência do referido aditamento, tendo sido corrigida a referência constante do n.º 1, que deve ser feita para o Decreto-Lei n.º 198/95, de 29 de Julho) – *Disposições finais* – **aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE;**

- ❖ **ARTIGO 12.º** (que passa a **13.º**, em consequência do referido aditamento) – *Entrada em vigor* – **aprovado, com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, contra do PCP e a abstenção do BE.**

Declarações de voto

Em declaração de voto, a Senhora Deputada Maria de Belém Roseira (PS) congratulou-se com o facto de, com a colaboração de todos, ter sido possível melhorar a iniciativa proposta pelo Governo, estabelecendo-se ainda mais restrições do que as propostas pela Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd).

Em declaração de voto, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) voltou a salientar a colaboração prestada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e de outras forças partidárias que aceitaram algumas soluções propostas na iniciativa, afirmando, por fim, que a Assembleia da República e os seus Deputados têm o direito de não concordar com algumas posições expressas pela CNPD.

Ainda em declaração de voto, o Senhor Deputado Bernardino Soares (PCP) considerou que a Proposta de Lei agora aprovada tem uma gravidade substancial que será comprovada no futuro, abrindo a porta à má utilização dos dados pessoais sobre saúde dos cidadãos que vierem a ser recolhidos. Acrescentou que a aprovação da Lei não pode ser feita na presunção de que a sua aplicação correrá bem, mas antes no pressuposto de que devem ser prevenidas utilizações perversas, nomeadamente pondo em causa informação sensível.

Acrescentou ainda que a Assembleia da República é soberana na sua competência legislativa, não tendo de seguir as orientações e pareceres recolhidos. Considerou,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

porém, que se minorizou a posição da CNPD, não sendo necessário concordar sempre com as posições expressas por esta instituição para reconhecer a importância do seu papel e dos seus contributos.

Não havendo relatórios finais de petições para apreciar, foram apreciados e aprovados por unanimidade, na ausência do PCP e do PEV, os pareceres sobre as seguintes iniciativas europeias:

- COM (2011) 551 final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Gerar confiança numa Justiça à escala da UE; Uma nova dimensão para a formação judiciária europeia, de que foi Relatora a Senhora Deputada Carla Rodrigues (PSD);
- COM (2011) 343 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, relatório anual sobre as políticas de ajuda humanitária e de protecção civil da União Europeia e sua aplicação em 2010. {SEC (2011) 709 final}, de que foi Relator o Senhor Deputado Manuel Meirinho (PSD);
- COM (2011) 291 final - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, Relatório anual em matéria de imigração e asilo (2010) {SEC (2011) 620 final}, de que foi Relatora a Senhora Deputada Maria Paula Cardoso (PSD);
- COM (2011) 549 final - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, Relatório anual ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as actividades da Unidade Central EURODAC em 2010, de que foi Relator o Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD).

No último ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente deu conta de que a Comissão reuniria, no dia seguinte, conjuntamente com a Comissão de Assuntos Europeus, para as audições dos candidatos ao cargo de Juiz do Tribunal de Justiça da União Europeia, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, tendo ainda sido convidada por aquela Comissão para uma audição, no dia 10



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

de Janeiro de 2012, na presença do Vice-Presidente da Comissão Europeia, sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia.

A reunião foi encerrada às 17:50 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de Dezembro de 2011

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(FERNANDO NEGRÃO)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ACTA NÚMERO 37/XII/ 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Carla Rodrigues
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Oliveira
Jorge Lacão
Luís Pita Ameixa
Manuel Meirinho Martins
Maria Paula Cardoso
Paulo Simões Ribeiro
Sérgio Sousa Pinto
Teresa Anjinho
Teresa Leal Coelho
Maria de Belém Roseira
Nuno Magalhães
Pedro Delgado Alves

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Peixoto
José Luís Ferreira
Ricardo Rodrigues
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Francisca Almeida